

Brasil e Portugal: imagens e percepções distintas entre povos irmãos ao longo da primeira metade do oitocentos*

Lúcia Maria Bastos P. Neves**

*Preside o neto da rainha Ginga
À corja vil, adúladora, insana:
Traz sujo moço amostras de chanfana,
Em copos desiguais se esgota a pinga:*

*Vem pão, manteiga e chá, tudo à catinga;
Masca farinha a turba americana;
E o orangotango a corda à banza abana,
Com gestos e visagens de mandinga.*

(Bocage¹)

Escritos em 1792, os versos de Bocage demonstravam a crítica fina do poeta, ao descrever uma sessão da Nova Arcádia ou Academia das Belas Artes, presidida, à época, pelo padre Domingos Caldas Barbosa. Em cada linha havia uma sutil e desdenhosa alusão a seu presidente – o neto da rainha Ginga, mulato, nascido no Brasil, que cantava à viola modinhas brasileiras. Daí, ser o orangotango que tocava a banza.²

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

** Professora Titular de História Moderna da UERJ. Pesquisadora principal do Pronex/CNPq-Faperj, pesquisadora ID do CNPq. Autora, entre outros, de *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência do Brasil*. [2003] e de diversos artigos em revistas e periódicos no Brasil e no exterior.

¹ Bocage. *Poesias*. Seleção, Prefácio e notas pelo Prof. Guerreiro Murta. 5ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p.102.

² Banza era uma “grosseira guitarra africana de quatro cordas”. Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo, 2001. v. 1, p. 479.

Herdeiro de uma cultura intelectual que se acreditava produto de uma única sociedade, definida por fortes e determinados valores cristãos, e convicta de sua superioridade face aos demais povos, Bocage transmitia em seus versos percepções que acabaram incorporadas ao imaginário da população e se perpetuaram no decorrer do século XIX.

Essas imagens, no entanto, não se restringiram à visão de Portugal sobre o Brasil. De forma idêntica, com o passar dos anos, a imagem do português, criada do lado de cá do Atlântico, foi identificada com o atraso dos tempos coloniais, contribuindo para um espírito de mútua aversão. Essas representações sociais, eivadas de opiniões, preconceitos, estereótipos, revelando, portanto, sentimentos e afetividade, foram aquelas a que os dois países recorreram com frequência para pensar sua identidade e alteridade, trazendo à tona aspectos do cotidiano, dos costumes, das atividades de seus habitantes, filtrados pelas categorias intelectuais de cada observador, em que cada um, ao exagerar a deformação do outro, representava também a si próprio (FRANK, 2000: 574-577 e PIZZETTI, 2000: 578-583).

Nesse sentido, analisar tais representações sobre as duas nações irmãs, ao longo da primeira metade do oitocentos, através de conjunturas distintas, por meio da dialética entre o “nós” e o “eles”, em que fascinação e repulsa se alternavam, é a proposta deste trabalho. Ao estudar essa variedade de olhares sobre o Brasil, do interior para o exterior e vice-versa, que estabeleceram influência de mão dupla no seio de uma elite *civilizada*, mas inserida numa sociedade escravista, majoritariamente iletrada e tradicional, tem-se por objetivo também esclarecer a identidade de um país cujas contradições continuam a manifestar-se até hoje.

Afinal, em recente visão historiográfica, demonstrada através da obra organizada por A. Pagden, *Facing Each Other*, a construção do “outro” não significa apenas uma simples apropriação política, mas a necessidade de dar algum sentido às crenças e à vida ética dos outros. O problema do outro é claramente um problema sobre relações. (PAGDEN, 2000: XVII-XXXVI)

* * *

A sociedade brasileira, no início do oitocentos, conservara-se basicamente rural, presa de tradições imemoriais, reforçadas pela presença da escravidão, desestimulando a difusão da palavra escrita, sobre a qual a Europa, do Renascimento à Ilustração, tinha erigido uma nova concepção de mundo. Como resultado, segundo Capistrano de Abreu, três séculos após o descobrimento, o Brasil não passava de uma coleção de cinco regiões etnograficamente distintas, em que apenas a língua, a religião, o entusiasmo pelas riquezas naturais da terra e uma certa “aversão ou desprezo” pelo português atuavam no sentido de uma

aproximação (ABREU, 1976: 212-213). Um pouco mais tarde, além da língua e da religião, a tradição portuguesa faria, do Brasil, no entanto, sede de uma monarquia e, alguns anos depois, lhe emprestaria o primeiro imperador.

Essa aversão manteve-se quase sempre latente ao longo do período colonial, em função dos obstáculos à ascensão social dos filhos dos portugueses nascidos neste lado do Atlântico, algo que recrudesceria quando do processo de autonomização brasileira. Aversão, fermentada ainda mais, na visão de época, em virtude da ingratidão demonstrada pelos portugueses radicados na América quanto à terra e seus habitantes:

Vinha um europeuzinho para o Brasil com o seu capote de camaleão, sua véstia de saragoça, meia de laia, sapato de vira com suas tachas nos saltos: era logo agasalhado, vestido, estimado pelos negociantes filhos da terra, ou casados e estabelecidos nela; entrava a servir como caixeiro, juntava algumas patacas, punha seu armarinho, passava a ter uma loja, casava com uma rica brasileira; vai senão quando dizia aquele homenzinho à mulher e à sogra que elas eram mulatas; ao sogro, que era marcado; e que ele, homenzinho, era filho de um rico proprietário lá na sua terra; que veio ao Brasil com o fim de viajar; e que a sua maior desgraça foi contrair um casamento tão desigual, que muito desonrava a sua ilustre família, que tem armas na porta (*Ensaio histórico ...*, 1822: 14).

Também para Silvestre Pinheiro Ferreira, o antigo ministro de D. João VI, esse espírito de aversão entre lusos e brasileiros possuía raízes antigas e profundas, que se mesclavam a um conflito social mais amplo. Resumindo o estado dos espíritos no Rio de Janeiro, ao fim do período colonial, assim se expressava, em sua informação verbal às Cortes de Lisboa:

Branco Europeus, Branco Brasileiro, pretos e Mulatos, uns forros, outros Escravos, constituem tantas Classes que se têm jurado ódio eterno em razão de antigas e não interrompidas queixas uns dos outros (FERREIRA, 1923: 40)

Ressaltava ainda que os brasileiros, por sua índole e costumes, eram “dóceis, condescendentes e sobremaneira hospitaleiros”, o que era entendido por alguns brancos europeus com pouca educação e sem sentimentos como “servil respeito e baixeza”, contribuindo para inflamar “o orgulho da sua imaginada superioridade”. Daí, a sensibilidade dos brasileiros contra “tão feia ingratidão”, não podendo deixar de “pagar com ódio tão injusto desprezo” (FERREIRA, 1923: 40).

A época da Independência constituiu-se, portanto, como um primeiro período privilegiado para se apreenderem as imagens e representações, próprias a cada uma das respectivas elites políticas e intelectuais, indicando os valores distintos que uma cultura política comum tinha a capacidade de assimilar. Objetivos e anseios distintos levaram à elaboração de imagens entre colônia e metrópole, que perduraram ao longo de todo o século XIX e que podem ser encontradas, inicialmente, na polêmica estabelecida entre os principais jornais e folhetos da época, tanto aqueles publicados no Brasil, quanto em Portugal. Do lado de cá, os brasileiros viam nos escritos impressos em Lisboa um meio para “inflamar os espíritos e promover a desunião do Brasil”, devido aos insultos que traziam.³ Do lado de lá, os portugueses procuravam ressaltar a ingratidão do Brasil em relação à Pátria-Mãe, que lhe concedera tantos benefícios sob a forma do constitucionalismo, ao buscar nesse momento quebrar a integridade do império através de sua separação. Essa guerra “mais de pena, que de língua ou de espada” (*Carta do sacristão de Tambi ...*, 1822), por conseguinte, não deixava de apontar uma série de questões que envolveram as representações imaginadas que Portugal e Brasil elaboraram reciprocamente a respeito um do outro.

Tais escritos exaltavam a superioridade portuguesa por meio de uma comparação física, reduzindo o Brasil a “um gigante, em verdade, mas sem braços, nem pernas; não falando do seu clima ardente e pouco sadio”, e a umas poucas “hordas de negrinhos, pescados nas costas da África”. Em compensação, Portugal era o “Jardim das Hespérides, os Elísios, deste pequeno mundo chamado Europa”, que concentrava em si todas as delícias e prazeres da terra. A imagem do Brasil era identificada à “terra dos macacos, dos pretos e das serpentes”; enquanto a de Portugal, ao “país de gente branca, dos povos civilizados e amantes de seu soberano” (*Carta do compadre de Lisboa ...*, 1821: 15-16).

No calor das discussões, revivia-se o antigo ponto de vista, no qual decididamente a percepção de uma superioridade européia fazia-se sentir, transmitindo ao “nobre selvagem” uma cultura e uma vida civilizada, afluindo-se os ideais de uma Nação que tinha como proposta transmitir as luzes à sua colônia (PAGDEN, 1993: 1-15). Assim, o jornal português *Campeão Lisbonense* ressaltava que a união do Brasil com Portugal trouxera ao primeiro “a sua civilização e o seu aumento”. Antes dessa união, o Brasil era “um país de selvagens, de feras e de animais”. Após a descoberta, os brasileiros “foram se civilizando e domesticando pelos cuidados dos europeus lusitanos que ali se estabeleceram”.⁴ Inversamente, nos escritos brasileiros, uma outra imagem surgia

³ *Correio Braziliense*. Londres, v. 28, junho 1822, p. 729.

⁴ Lisboa: *Campeão Lisbonense*. n.º 105. Apud *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 106, 1 set. 1822.

de Portugal, apelidando-o de “terra de lobos, galegos e de raposas” (*Carta que em defesa dos Brasileiros ...*, 1821: 16). Da mesma forma, outro escrito desenvolvia reflexões a respeito dos deputados portugueses, “ignorantemente” persuadidos que o Brasil somente era “habitado por hordas de negros e caboclos de arco flecha” (*Incontestáveis reflexões ...*, 1822: 2).

Desse modo, na mesma época, para os brasileiros, o único laço que podia entreter “a união política de Impérios tão distantes” era o de “uma benevolência recíproca e de uma igualdade absoluta, que destruísse todas as idéias de superioridade, incompatíveis com o grande princípio de que as Nações não são propriedade de ninguém” (*Oração de ação de graças ...*, 1822: s/n). Vislumbravam-se imagens distintas que cada grupo construía reciprocamente para pensar um momento histórico crucial na elaboração de sua própria identidade. Para os homens do lado de lá do Atlântico, o Brasil era parte integrante de um Reino Unido; para os indivíduos do lado de cá, a união significava a formação de um Império indissolúvel, composto, porém, de dois Reinos distintos, que teriam direitos e deveres recíprocos.

Oficializada a separação entre os dois povos, outrora irmãos, essas rivalidades acirraram-se, principalmente em decorrência do temor quanto à presença dos lusitanos na órbita da Corte no Rio de Janeiro. Essa ojeriza decorria, em parte, do receio dos brasileiros que os europeus “urdissem tramas para os privar do bem da independência” (SILVA, 1959: 62). Além disso, a presença portuguesa constituía uma ameaça à organização do novo país, por causa da influência que poderia exercer junto ao imperador, com idéias de um governo mais centralizado e absolutista; e também por causa da concorrência a que poderia dar origem nos empregos públicos e nos cargos da administração. Afinal, ministros de Estado, oficiais, magistrados, deputados, inclusive o próprio Imperador haviam nascido em Portugal.

Da mesma forma, contribuía para a tensão entre portugueses e brasileiros a questão social, que se mesclava à econômica, em função da concorrência exercida no mercado de trabalho pelo português de baixa renda em relação aos indivíduos das camadas mais humildes, compostas na maioria de mestiços e negros. Em geral, os portugueses que vinham para o Rio de Janeiro, ao longo do Primeiro Reinado, encontravam-se na faixa etária dos 16 aos 20 anos, dos quais diziam ser caixeiros de profissão, mas com o objetivo de “procurar fortuna”, e que, em comparação com forros, pardos e mulatos, permaneciam, antes de tudo, *brancos*.⁵ Nessas condições, não era difícil, nos momentos de conflito, mobilizar esses forros e libertos para fins políticos, recorrendo à imagem daqueles *outros* (RIBEIRO, 1992: 141-165).

⁵ Arquivo Nacional. Códice 373. Matrícula de Portugueses na Polícia. 1826.

Finalmente, havia a questão cultural, em função da homogeneidade que Portugal soubera assegurar com a formação dos elementos mais destacados da elite na Universidade de Coimbra, restringindo a possibilidade de que a cultura letrada formulasse uma personalidade para o novo país. Assim, de um lado, estes, que haviam passado por Coimbra, mais maduros e cosmopolitas, adquirindo experiência da vida pública no império luso-brasileiro durante a longa regência do futuro d. João VI, tendiam a conservar a identificação com as tradições lusas. De outro, os indivíduos mais jovens, dispendo de horizontes mais circunscritos à realidade do Brasil – pois tinham encontrado suas oportunidades de profissionalização e de ascensão social junto à Corte no Rio de Janeiro – buscavam conservar os privilégios recém-conquistados e, com mais facilidade, cultivavam a rejeição dos valores portugueses.

No bojo dessas susceptibilidades ofendidas, após 1822, quando se tentava buscar uma alma própria para o Império que nascia, emergiu na linguagem política o sentido moderno da palavra *brasileiro*, com uma conotação de identidade coletiva, quer social, política ou cultural. Fazendo eco a essa novidade, afirmava o deputado Carneiro de Campos, na Assembléia Constituinte, em 19 de junho de 1823, que o nome *brasileiro* deixava de indicar apenas o local de nascimento e passava a significar “qualidade na esfera política” (*Diário da Assembléia Geral Constituinte ...*, 1973: 244). Na ausência, porém, de uma tradição cultural própria, distinta da herança lusa, que emprestasse consistência a essa percepção, a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía. E, naquela conjuntura que se seguiu à Independência, dominada pelas atitudes contraditórias de Pedro I – em particular após a morte de seu pai, em 1826, quando se deixou envolver cada vez mais pelas questões da antiga metrópole – nenhuma idéia se oferecia com maior facilidade para exercer este papel do que a de *ser português*. Neste momento, o português transformou-se justamente no *outro*, isto é, no estrangeiro com o qual havia a possibilidade de conflito, convertendo-se, por conseguinte, no *inimigo* (Cf. SCHMITT, 1992: 51-53). Essa distância entre o brasileiro e o português acentuou-se nos anos seguintes, quando a constante presença dos naturais de Portugal no país e a crescente oposição ao imperador fizeram aflorar novamente os antigos problemas coloniais, que opunham os reinóis aos nascidos no Brasil.

Em Portugal, as representações edificadas sobre o Brasil mantinham, de um lado, a imagem do filho ingrato, embora não fosse o “honrado povo brasiliense”, mas sim uma “facção monstruosa” que estivesse “determinada a enterrar o punhal no próprio coração da Pátria inocente”.⁶ De outro lado, estava presente a idéia

⁶ *Campeão Português em Lisboa ou Amigo do Povo e do Rei Constitucional*. Lisboa, nº 8, 25 de maio de 1822.

de que o Brasil pertencia “aos portugueses como uma herança de seus pais”, que o conquistaram. Imagens que perduraram ainda por muitos anos.⁷ Nada mais restava, na visão de alguns, do que usar a força para trazer de volta o Brasil ao seio do império português. Criava-se, assim, o espectro de uma possível invasão da antiga colônia por Portugal, defendida por alguns deputados nas Cortes Ordinárias de 1823 e pela imprensa de época (ALEXANDRE, 1993: 713-729). Afinal, a “honra nacional” fora “tão indecorosamente insultada” que se tornava necessário um “desagravo de tamanha ofensa”.⁸

No lado de cá do Atlântico, as notícias estrondosas da possibilidade do envio de tropas lusitanas para submeter a ex-colônia provocavam imagens de um mar coalhado de corsários armados pela antiga metrópole. Avistava-se um navio ao longe e, na visão do *Spectador Brasileiro*, os *novelistas* já publicavam que aí vinha “contra nós o Anti-Cristo com a besta de sete portas”; não tardava “a trombeta do dia do juízo”; tudo estava perdido, pois uma esquadra de vinte mil homens estava pronta para saltar “às escondidas em diversos pontos”.⁹

Tal polarização exprimia um difuso sentimento anti-lusitano e anti-brasileiro nas imagens edificadas por cada um dos povos, tornando-se, na prática, um empecilho para o reconhecimento da independência do Brasil. Havia uma intransigência por parte da antiga metrópole quanto ao início das negociações, fracassando todas as iniciativas de conciliação entre portugueses e brasileiros. A situação permaneceu inalterada até 1825, quando, por fim, foi firmado o Tratado de Paz e Aliança, em 29 de agosto desse ano, que reconhecia a independência do Brasil. D. João VI cedia a soberania ao Brasil e tomava para si o título honorário de Imperador do Brasil.

Novos acontecimentos, após a morte de d. João VI, em 1826, permitiram o delineamento de outras percepções e imagens entre brasileiros e portugueses, que vivenciavam em seus países de origem uma situação de crise política e social. No Brasil, a aversão ao português, cada vez mais identificado ao defensor de idéias aristocráticas e favorável a uma política absolutista, possibilitou a construção de uma imagem de Pedro I que tendia a se enfraquecer enquanto imperador constitucional. Suas atitudes fortaleciam a perspectiva por parte dos brasileiros de vê-lo como um verdadeiro déspota, que tudo fazia para escravizar o Brasil, conduzindo seus interesses particulares em consonância com aqueles dos portugueses. Assim, a imprensa proclamava:

⁷ *O Brasileiro em Coimbra*. Coimbra, nº 1, 1823.

⁸ Para a primeira citação, ver *Gazeta de Portugal*. Lisboa, nº 17, 10 fevereiro 1823; para a segunda, cf. *Campeão Lisbonense*. Lisboa, nº 149, 30 dezembro 1822.

⁹ *Spectador Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 10, 20 julho 1824.

O governo do Brasil é nacional? Não. Será ele português? Sim. Eis a opinião que hoje todo brasileiro constitucional, amigo de sua pátria e honrado faz do governo posto à testa dos negócios públicos, desse governo cuja história nada mais é do que uma não interrompida série de traições e de atentados contra a segurança individual do cidadão, contra a liberdade, crédito e honra nacional, ora simulando sentimentos brasileiros, ora dissimulando arteiro os projetos de hostilidade portuguesa contra a independência do Brasil.¹⁰

Segundo relatos de época, somente em 7 de abril de 1831, tornou-se real a nossa independência, reivindicando a “nossa liberdade que havia sido espezinhada pela coroa” (VEIGA, 1862: 39-40). Começava, para os brasileiros de então, a “existência nacional; o Brasil [seria] dos brasileiros, e livre” (*Abdicação de d. Pedro I*, 1831: 7-8).

Brasil e Portugal conheciam, então, nessa conjuntura inúmeros conflitos sociais, econômicos, financeiros e políticos. No lado de cá do Atlântico, o período regencial representou uma crise da ordem, em que o clima de insegurança e de sobressaltos traduziu-se em agitações populares na Corte e nas províncias. A imagem do imperador-menino, embora aprendendo “a amar o Brasil que o viu nascer”, por si só, não era capaz de conter tais tumultos.¹¹ Em Portugal, discutia-se a questão do “legítimo rei de Portugal”, atribuindo-se à “Senhora dona Maria II”, a filha de D. Pedro nascida no Brasil, irmã de Pedro II, epítetos injuriosos, pois afinal, era “a Rainha Brasileira em Portugal”.¹² Mesmo após a vitória dos liberais, o governo de Maria II, que se tornara rainha, não conseguiu trazer a estabilidade governativa. Assim, toda essa ambiência política e institucional tinha ainda como pano de fundo uma crise social e econômica (SILVA, 1993: 89-105).

Nesse clima tenso, as imagens negativas entre os irmãos luso-brasileiros redobravam-se. No Brasil, a aversão ou desprezo ao português acentuava-se na visão dos jornais de época: “O fito dos portugueses é amontoar dinheiro e pisar os brasileiros”, pois eles “continuam a ser os usufrutuários de tudo quanto colhemos”, sendo uma “espécie de demônios incubos que sufocam a nossa prosperidade”.¹³ Em Portugal, as lamúrias da perda de um império poderoso, como o Brasil, ainda não compensado com a virada para a África, levava a

¹⁰ *Astréa*. Rio de Janeiro, n.º 683, 17 março 1833.

¹¹ *Pharol do Império*. Rio de Janeiro, n.º 16, 8 abril 1837.

¹² Para a citação, ver *A Marmota*. Rio de Janeiro, n.º 894, 27 outubro 1857.

¹³ ● *Sete de Abril*. Rio de Janeiro, 7 dezembro 1833; *Cartas ao Povo*. Rio de Janeiro, n.º 2, 23 abril 1831.

considerar os brasileiros inimigos da causa lusitana, especialmente aqueles nascidos em Portugal, que vieram para a antiga colônia, mas retornavam frente à aversão que sofriam na Corte brasileira, especialmente, após a abdicação de Pedro I. Eram percepções recíprocas que se resumiam em uma imagem de um “espelho deformante” (CORNICK, 2000: 705), no qual, à procura de sua própria identidade e razão de ser, definia-se negativamente, um em relação ao outro.

Apesar dos desencontros e da necessidade de se construir o brasileiro, mais do que inventá-lo, uma vez que essa tarefa levava a uma mudança conceitual em seu próprio eu, pois ele estava equipado com uma densa e particular identidade cultural com o próprio português, as aproximações entre o Brasil e Portugal não cessaram. A presença de comerciantes portugueses era muito ampla e, além do varejo de secos e molhados, atividade em que o imigrante português deixou sua marca mais característica, incluía a distribuição de bens culturais, podendo-se encontrar, nos armazéns da primeira metade do século XIX, junto com objetos de luxo e diversas quinquilharias, livros e publicações. Nos grandes centros, como Salvador e Rio de Janeiro, já havia livrarias especializadas, mas a venda de livros em conjunto com outras mercadorias continuou uma prática comum até poucas décadas atrás. Estes “tratantes de livros” – como “livreiro” era definido pelo *Dicionário* de Antonio Morais e Silva (1813, v. 2: 232) – na sua maioria, constituídos de portugueses, embora logo secundados por franceses, foram os responsáveis pela divulgação no Brasil de inúmeras obras de diversos autores portugueses e textos de caráter utilitário, como as *Ordenações do Reino* e o *Manual de Apelação ou Dedução sistemática, fundamentada nas Leis do Reino* (NEVES & FERREIRA, 1989: 113-119). Autores portugueses, como Antônio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco constavam dos catálogos das grandes editoras, como a Laemmert, fundada em 1838. Nos jornais da cidade, anunciavam-se com frequência obras portuguesas editadas no Rio de Janeiro e 90% dos anúncios de livros do *Jornal do Commercio* referiam-se à literatura lusa. Os mesmos autores citados acima, junto com Camões, Filinto Elísio e Bocage, constavam em abundância, segundo os inventários, das bibliotecas de médicos e advogados da Corte durante o período e, nos catálogos dos leilões divulgados pelos jornais, também se revela grande preferência literária por autores portugueses. (FERREIRA & NEVES, 2000: 225-252).

Ainda devem destacar-se as numerosas remessas de obras literárias, ou profissionais, e de livros para as bibliotecas públicas dos dois países. Em 1838, o governo do Brasil ofereceu dez exemplares da *Flora fluminense* do brasileiro frei Mariano José da Conceição Veloso – concluída na década de 1790, mas cuja publicação só se iniciara em 1825 – para serem distribuídos entre a Academia Real das Ciências, a Biblioteca Pública de Lisboa e a Biblioteca da Universidade

de Coimbra.¹⁴ Em troca, a primeira instituição, desejosa de “estreitar cada vez mais os vínculos que unem as nossas duas Nações”, ofereceu à Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro, em 1840, as obras que estava publicando, consistindo de 76 títulos, que incluíam a *Coleção dos principais autores da História portuguesa*, a *Coleção de livros inéditos de História portuguesa*, o *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* e o *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*.¹⁵

Tais fatos, no entanto, não impediram que os intelectuais brasileiros de meados do século XIX voltassem para a tarefa de elaborar uma nova imagem do Brasil e dos brasileiros, que até então havia sido esboçada, exclusivamente, sob uma forma negativa, por oposição ao português. Assim, face às Luzes frias da Razão ilustrada, voltadas para o futuro, os homens de letras, inspirados no Romantismo, essa nova sensibilidade, gestada na Europa pós-Revolução francesa, valorizavam os sentimentos e buscavam no passado as tradições que definiam o presente. Para aqueles intelectuais, essa nova sensibilidade chegou por via da França e, em especial, pela atividade de Ferdinand Denis, um comerciante que atuou no Brasil entre 1816 e 1819 e que, ao retornar à Europa, tornou-se um contato e uma referência fundamental para os brasileiros no velho continente (cf. ROUANET, 1991: 137-202). Sob a influência de Denis, mas ainda olhando com desprezo a cultura portuguesa, por força da forma como fora conduzido o processo de independência, os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e alguns literatos recorreram, então, ao que o Brasil tinha de mais específico para criar a tradição romântica nacional: a luxuriante natureza tropical e seus habitantes, os indígenas. Rompiam-se, assim – aparentemente – os laços intelectuais do novo império com a antiga metrópole portuguesa, pois como afirmava a revista *Minerva Brasiliense* “Portugal como dominador” havia, a princípio, imposto à colônia “o seu gênero literário”. Este, regra geral, com exceção de alguns de seus mais ilustres representantes, era “empolado”, com imagens pretenciosas e “vãs palavras”. O Brasil, no entanto, sacudiu o jugo da “antiga lusitânia”, rompendo as cadeias de seu sistema literário, vindo a despontar em seu “horizonte o crepúsculo de uma aurora nascente”, marcando “uma nova época da literatura brasileira”.¹⁶ Afinal, como indagava, mais tarde, José de Alencar, em 1872, no Prefácio a *Sonhos d’ouro*, o

povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?

¹⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios. Lisboa, 17 dez. 1838.

¹⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios. Lisboa, 10 jul. 1840.

¹⁶ *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, v. 1, n.º 2, 15 nov. 1843.

Buscava-se instaurar, sobretudo, com tais idéias, a necessidade de construir uma identidade própria para o novo país independente, que parecia só poder ser alcançada mediante a oposição a tudo aquilo que tinha origem em Portugal. Assim, como salienta um autor moderno, configurava-se uma língua literária original, que deixava de coincidir com a portuguesa: continuava falando-se o português, mas já não se escrevia mais *à portuguesa* (MERQUIOR, 1977: 55-56).

Nessa perspectiva, as atitudes ambíguas entre Portugal e Brasil possibilitavam novos desencontros, em geral, suscitados pelos debates na imprensa. Em o *Ramalhete*, jornal literário e cultural, publicado em Portugal, afirmava-se que o Brasil podia oferecer a Montesquieu argumentos poderosos a favor de seu sistema sobre “a influencia do clima nas faculdades da espécie humana”. E indagava o que era o Brasil “depois de tantos anos de colônia portuguesa, e agora improvisado em Império”? A resposta era áspera e dura: “um quadro selvático, salpicado de tênues vestígios de civilização, o lucro, a barbarez [sic], cidades anãs, perdidas entre extensos e areais desertos”.¹⁷

A polêmica mais intensa, contudo, foi propiciada por uma série de artigos, que vieram à luz, em outro periódico português, o *Asmodeu*, em 1856 e 1857. Em um primeiro escrito, fazia-se referência à chegada a Lisboa de um “animal tão curioso como inteligente” – o “orangotango”, natural do Brasil. “Formoso e sedutor”, ele fazia a “corte a todas as mulheres, seja qual for sua posição social, desde a embaixatriz até a criada de dentro”. Detestava “as macacas e não ama[va] senão as formosuras da Europa”. Afirmava ainda que fazia poesias – versos eróticos a uma “mulata” e uma “elegia ovidiana”, denominada “Em cima do coqueiro”. Espécime raro e estranho, era interessante ser visto pelo público. Apesar do escárnio em comparar tal espécie de animal ao brasileiro, foram os artigos escritos no ano seguinte, em o *Asmodeu*, que provocaram amplo debate nos dois lados do Atlântico. Nestes, o brasileiro era definido como:

tipo caricato em França, em Inglaterra, em Espanha e em todas as nações que não sejam o Brasil; mas é-o muito mais entre nós, que somos a origem dessa nova espécie de animal curioso, transição do macaco para o periquito; do quadrúmano de que possui a figura e da ave da qual origina a fala e a cópia da plumagem.

[...]

O brasileiro nasceu nosso, como tal é mais nosso do que do inglês, do francês ou do espanhol. Fugiu-nos, nacionalizou o coco e a

¹⁷ O *Ramalhete*. Lisboa, nº 154, 21 janeiro 1841.

banana e tornou-se independente; embrenhou-se nas selvas, amou o orangotango e a arara, fundiram-se as espécies, degenerou a raça, e da antiga origem só lhe ficou a linguagem decadente e arrastada.¹⁸

A imprensa brasileira, através de *O Brasileiro, folha livre e independente*, *A Marmota*, o *Tyranno* e o *Jornal do Commercio*, entre outros, rebateu duramente as críticas ao artigo, estampando-se caricaturas dos portugueses, que os ridicularizavam. Afinal, as imagens do outro constituem-se ao mesmo tempo como fator e reflexo de suas próprias transformações. ● Os órgãos de opinião pública discordavam da imagem estereotipada, criada em relação ao brasileiro por parte de seus antigos irmãos. No primeiro jornal, afirmava-se que “as palavras incertas” nas colunas do *Asmodeu* custavam “a crer que saíssem de uma pena científica digna da Ilustração do Povo Português” e rebatiam-se as críticas, procurando mostrar o pouco grau de civilização e progresso de “Asmodeu, príncipe de Satã”. Dizia ainda que sua pena fora movida por um frenesi de idéias, pois, em um desses devaneios, Asmodeu desceu da “cadeira magistral de jornalista e precipitou-se no lodaçal dos impropérios”.¹⁹ *A Marmota* lamentava que nenhuma “pena portuguesa” tivesse criticado o *Asmodeu*. Lembrava as boas relações existentes entre os portugueses que aqui residiam e os brasileiros, uma vez que aqueles eram sempre tratados como irmãos. Ressaltava que o ponto fundamental do artigo não consistia apenas nas caricaturas apresentadas, mas no fato de afirmar que “o brasileiro é nosso”. Esse era o “verdadeiro insulto”, demonstrando que o jornal português ostentava um ódio ao Brasil, um desejo de predomínio sobre este. As velhas rivalidades sobre a disputa de hegemonia no interior do antigo império luso-brasileiro ainda continuavam presentes no imaginário coletivo das nações.²⁰

Em novembro, o *Asmodeu*, após relatar toda a oposição da imprensa periódica brasileira, apresentava algumas desculpas, afirmando que apenas esboçava o “tipo do americano do sul”, que em Portugal apresentava-se como “ridículo e amacacado”. De modo algum, em sua linguagem, pretendia “menosprezar a briosa nação brasileira”. Tais desculpas não foram suficientes, sendo a resposta final estampada em *O Brasileiro*, por meio de uma caricatura – três macacos amparados pelas nuvens defecavam sobre a terra, em uma parte identificada a Portugal, ao mesmo tempo que um diabo abatido, caía de cabeça para baixo. Os

¹⁸ *Asmodeu*. Lisboa, 26 julho 1857.

¹⁹ ● *Brasileiro, folha livre e independente*. Rio de Janeiro, nº 1, 01 novembro 1857.

²⁰ *A Marmota*. Rio de Janeiro, nº 894, 27 outubro 1857.

macacos simbolizavam o Brasil e seu povo e o diabo, o redator português. A charge marcava a superioridade da antiga colônia sobre sua Mãe-Pátria, demonstrando que permaneciam no imaginário social as percepções ainda características do século XVIII.²¹ Dessa forma, existia um “capital de imagens”, algumas vezes positivas, outras negativas, que o Brasil forjava sobre Portugal a partir de elementos e de idéias oriundos de sua própria sociedade. Essa curiosa oscilação entre a aproximação e a rejeição era justificada, uma vez que a tradição e a cultura portuguesa encontravam-se ainda profundamente enraizadas nas instituições e no cotidiano do Brasil.

* * *

Ao longo da primeira metade do século XIX, o Brasil foi sujeito e objeto de imagens e representações, tanto a respeito de si próprio, quanto em relação a Portugal – a partir das quais, consciente ou inconscientemente, por imitação ou rejeição, construiu-se o imaginário da nova nação nos trópicos. Alteridade e identidade funcionaram, assim, em conjunto, na fabricação do sistema de representações sobre o português, que serviu para a construção do próprio sentido de Brasil, a partir da Independência (FRANK, 2000: 575-576).

Nessa perspectiva, a antiga aversão ao português dos tempos coloniais converteu-se em um difuso sentimento anti-lusitano, misto de desprezo e galhofa, que permeou todo o Império e fez com que o ser português se identificasse cada vez mais ao passado e ao atraso, inviabilizando uma discussão das raízes a partir das quais o país nascera. Desse longo processo, ocorrido no decorrer do século XIX – ao qual não ficaram imunes os próprios portugueses, ressentidos com a autonomia da ex-colônia – resultou uma multiplicidade de visões e uma diversidade de opiniões sobre o português, que se mantiveram através de várias gerações. Cristalizadas em paralelo à elaboração de uma nação brasileira ainda carente de muitos elementos essenciais, essas imagens não deixam de indicar que a *comunidade* que se constituiu no Brasil, mais do que *imaginada*, revelou-se sobretudo *imaginária* – elemento fundamental para explicar o divórcio, até hoje presente, entre a sociedade e o Estado que a caracteriza (CARVALHO, 1998 e ANDERSON, 1989).

Fontes

Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios.
Lisboa. 17 dezembro 1838.

²¹ Cf. *Asmodeu*. Lisboa, 14 nov. 1857; *O Brasileiro, folha livre e independente*. Rio de Janeiro, nº 9, 14 jan. 1858.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios.
Lisboa. 10 julho 1840.
ARQUIVO NACIONAL. Códice 373. Matrícula de Portugueses na Polícia. 1826.

Impressas

Abdicação de d. Pedro I. [1831]. Rio de Janeiro: Tip. Nacional.

BRASIL. *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823.*
Brasília: Senado Federal, 1973 (Edição fac-similada).

BOCAGE. *Poesias.* Selecção, Prefácio e notas pelo Prof. Guerreiro Murta. 5ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública dirigida pelo 'Astro da Lusitânia'.
Reimpresso no Rio de Janeiro: Tip. Real, 1821.

Carta do Sacristão de Tambi ao estudante Constitucional do Rio. *Revérbero Constitucional Fluminense.* Rio de Janeiro, nº 9, 8 janeiro 1822.

Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve ao Sacristão de Carahy o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821.

Ensaio historico – politico sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e reciproca aversão de alguns portuguezes europeus, e brasilienses, ou elucidação de hum período da célebre acta do governo da Bahia datada de 18 de fevereiro do anno corrente escripto. (Por R. J. C. M.). Rio de Janeiro: Tip. Moreira & Garcez, 1822.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Informações às cortes Portuguesas por Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. In: Brasil. *Documentos para a História da Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923 p. 39-43.

Incontestáveis reflexões que um portuguez europeu offeresse aos sentimentais brasileiros sobre os seus interesses á face do presente. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822.

Oração de ação de graças, que recitou na Real Capela, no dia 26 de fevereiro, solenizando-se por ordem de sua alteza real o primeiro aniversário do juramento de El-rei e o povo desta corte à constituição lusitana, &c. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

SILVA, Francisco Gomes da. (O Chalaça). *Memórias.* (Prefácio e anotações de Noronha Santos). Rio de Janeiro: Editora Souza, 1959.

VEIGA, Evaristo da. *A Revolução de 7 de abril de 1831.* Por hum Fluminense amante da Constituição. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp, 1862.

Periódicos

Coimbra. ● *Brasileiro em Coimbra.* 1823.

Lisboa. *Asmodeu.* 1857.

Lisboa. *Campeão Português em Lisboa ou Amigo do Povo e do Rei Constitucional.* 1822.

Lisboa. *Campeão Lisbonense.* 1822.

- Lisboa. *Gazeta de Portugal*. 1823.
 Lisboa. *O Ramalhete*. 1841.
 Londres. *Correio Braziliense*. 1822
 Rio de Janeiro. *Astréa*. 1833.
 Rio de Janeiro. *O Brasileiro, folha livre e independente*. 1857-1858.
 Rio de Janeiro. *Cartas ao Povo*. 1831.
 Rio de Janeiro. *Gazeta do Rio de Janeiro*. 1822.
 Rio de Janeiro. *A Marmota*. 1857.
 Rio de Janeiro. *Minerva Brasiliense*. novembro 1843.
 Rio de Janeiro. *Pharol do Império*. 1837.
 Rio de Janeiro. *O Sete de Abril*. 1831.
 Rio de Janeiro. *Spectador Brasileiro*. 1824.

Bibliografia

Obras de referência:

- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo, 2001. 2v.
 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. 2 v.

Livros e artigos:

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial: 1500-1800*. 6ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1976.
 ALEXANDRE, Valentim Alexandr. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993
 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989
 CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1998.
 CORNICK, Martyn. Problème de la perception entre la France et l'Angleterre au seuil du 20^e siècle. In: Commission of History of International Relations (org.). *Commemorative Volume. Papers for the 19th International Congress of Historical Sciences. The Formation of the Images of the Peoples and the History of International Relations from the 18th Century to the Present Day*. Publicação Digital. Oslo, 2000, p. 705-715.
 FERREIRA, Tania M. Bessone da C. & NEVES, Lúcia M. Bastos P.. As relações culturais ao longo do século XIX. In: Amado Cervo & Calvet de Magalhães. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Ed. da UNB, 2000, p. 225-252.
 FRANK, Robert. History of International Relations and Images. In: Commission of History of International Relations (org.). *Commemorative Volume. Papers for the 19th International Congress of Historical Sciences. The Formation of the Images of the Peoples and the History of International Relations from the 18th Century to the Present Day*. Publicação Digital. Oslo, 2000, p. 574-577.
 MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

- NEVES, Lúcia M. Bastos P. Neves & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.. O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, 4 (1): 113-119, jan-jun 1989.
- PAGDEN, Anthony. "Introduction". In: *Facing Each Other. The World's Perception of Europe and Europe's Perception of the World*. Aldershot: Ashgate, 2000, p. XVII-XXXVI. (*An Expanding World. The European Impact on World History, 1450-1800*, v. 31, part I).
- PAGDEN, Anthony. *European Encounters with the New World. From Renaissance to Romanticism*. Yale/London: University Press/New Haven, 1993.
- PIZZETTI, Silvia. Images: lieux et temps. In: Commission of History of International Relations (org.). *Commemorative Volume. Papers for the 19th International Congress of Historical Sciences. The Formation of the Images of the Peoples and the History of International Relations from the 18th Century to the Present Day*. Publicação Digital. Oslo, 2000, p. 578-583.
- RIBEIRO, Gladys S. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n.º 23/24, p. 141-165, set. 91/ago. 92.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SILVA, Antonio M. da. A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In: L. Reis Torgal & J. Lourenço Roque (coords.). *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 89-105.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as representações e imagens que o Brasil criou sobre Portugal e as que Portugal criou com relação a sua antiga colônia, durante a primeira metade do século XIX, através da dialética "nós" e "eles", onde fascinação e repulsa se alternam. Esta análise será realizada através de um exame das elites políticas e intelectuais da época, que circulavam nos dois mundos. Além de estudar a variedade de aspectos sobre o Brasil, de dentro para fora e vice-versa, é também nosso propósito esclarecer a identidade de um país cujas contradições permanecerem até hoje.

Palavra-chave: identidade e desigualdade; sentimento anti-português; elite intelectual

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the representations and images which Brazil created about Portugal and the ones Portugal built regarding its former colony, during the first half of the 19th century, through the dialectic between "we" and "they", where fascination and repulsion alternate. This analysis will be accomplished through the examination of the intellectual and political elites of that period, which circulated in both worlds. Studying this variety of views about Brazil, from the inside to the outside, and vice versa, our purpose is likewise to clarify the identity of a country which its contradictions keep on disclosing up to nowadays.

Key words: identity and inequality; anti-portuguese feeling; intellectual elite